

RESOLUÇÃO Nº026/19

Estabelece os procedimentos para o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais no município e, dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Municipal nº 1.033, de 18 de março de 1991 e com base no seu Regimento Interno aprovado pelo Decreto Municipal nº 9505, de 05 de agosto de 2019;

Considerando o Art. 204, I e II da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que descentralizou a formulação de políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes, cabendo aos Conselhos Municipais de Direitos decidirem sobre as prioridades e as políticas públicas no atendimento a crianças e adolescentes;

Considerando o Art. 227, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que preconiza a doutrina da proteção integral, na qual reconhece que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos;



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Considerando o Art. 88, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que estabelece as diretrizes para a municipalização das políticas de atendimento destinadas a crianças e adolescentes;

Considerando os Arts. 90 e 91, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que determina às Organizações Governamentais e Não Governamentais a obrigatoriedade de Registro e Qualificação e da Inscrição de seus serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes, especificando os seus regimes junto aos Conselhos Municipais de Direitos;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 71, de 10 de junho de 2011, que dispõe sobre o Registro e Qualificação de Entidades Não Governamentais e a Inscrição de Programas de Atendimento das Entidades Governamentais e Não Governamentais no CMDCA;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 74, de 13 de setembro de 2001, que dispõe sobre o Registro e Qualificação e fiscalização das entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a assistência ao adolescente e a educação profissional;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, que dispõe sobre os Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando a Resolução do CONANDA nº 119, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE;

RESOLVE:

Art. 1º. Estabelecer os procedimentos para o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais e a Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais no município e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DAS ORGANIZAÇÕES GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS

Art. 2º. Consideram-se OSC – Organização da Sociedade Civil, as entidades formadas e mantidas pela sociedade civil, sem fins lucrativos que realizam programas, serviços e projetos de interesse público, voltados à política de atendimento à criança e ao adolescente no município.

§1º. As Organizações Não Governamentais são pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público caracterizado por ações no campo das políticas públicas.

§2º. As Organizações Não Governamentais que realizam programas, serviços e projetos para a população infantojuvenil são constituídas por sociedades civis, religiosas, científicas, associações e fundações.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 3º. Consideram-se OSC – Organização da Sociedade Civil, as entidades formadas e mantidas pelo poder público que realizam programas, serviços e projetos de interesse público voltado à política de atendimento à criança e ao adolescente no município.

§1º. As Organizações Governamentais são pessoas jurídicas de direito público prestadoras de serviço público caracterizado por ações no campo das políticas públicas.

§2º. As Organizações Governamentais que realizam programas, serviços e projetos para a população infantojuvenil são constituídas pela administração pública direta e indireta em nível Federal, Estadual e Municipal.

CAPÍTULO II

DA CONCESSÃO DE REGISTRO E QUALIFICAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E DA INSCRIÇÃO DO PROJETO NO CMDCA

Seção I

Do Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais

Art. 4º. O Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental deverá ser solicitado ao CMDCA que dará andamento ao processo de acordo com as normas desta Resolução.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 5º. A Organização Não Governamental poderá solicitar os formulários de Registro e Qualificação, via e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com, no site do CMDCA www.cmdca.com.br, na Casa dos Conselhos/CMDCA ou baixar a Resolução e seus formulários anexos de Registro e Qualificação pelo site www.balneariocamboriu.sc.gov.br, conselhos de direitos.

Art. 6º. A entrega dos documentos de pedidos de Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais devem ser protocolados na Casa dos Conselhos/CMDCA, em envelope lacrado com a identificação: “Documentos para Registro e Qualificação da Entidade (nome) no CMDCA”.

Art. 7º. O Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação.

§1º. Após o Pedido de Registro e Qualificação da Organização Não Governamental o CMDCA poderá realizar uma visita *in loco* e a Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação emitirá parecer no prazo máximo de trinta 30 (trinta) dias.

§2º. Após o Parecer da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação o pedido deverá ser encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária realizada pelo CMDCA.

§3º. Ao CMDCA, não compete a concessão de Registro e Qualificação de entidades que desenvolvem atividades no ensino regular, nas modalidades de educação infantil, ensino fundamental e médio.

§4º. O CMDCA poderá lançar chamamento anual para Registro e Qualificação de entidades, sem que isto afete as já registradas e qualificadas.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 8º. Para a solicitação de Registro e Qualificação no CMDCA as Organizações Não Governamentais deverão apresentar a seguinte documentação:

- I. Requerimento da Organização Não Governamental dirigido ao Presidente do CMDCA, devidamente assinado pelo representante legal da Entidade, conforme (modelo anexo I);
- II. Projeto que contemple serviço e/ou programa voltado à política de atendimento a criança e ao adolescente (modelo anexo II);
- III. Cópia do Estatuto da Entidade, devidamente registrada no Cartório de Registro e Qualificação Civil de Pessoa Jurídica, conforme estabelece a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002;
- IV. Cópia da Ata da Eleição dos membros da atual diretoria, registrada em Cartório de Registro e Qualificação Civil de Pessoa Jurídica;
- V. Cópia do RG e do CPF do Presidente da Entidade;
- VI. Cópia do Cartão de Inscrição da Entidade no CNPJ, devidamente atualizado, conforme o sítio www.receita.fazenda.gov.br;
- VII. Certidão Negativa de Débitos da esfera Federal, Estadual e Municipal;
- VIII. Apresentar locais de publicação anual, jornal de circulação local e/ou site próprio ou de órgão público, dos relatórios financeiros, elaborados em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, e o relatório de execução de projeto realizado com verba pública;
- IX. No caso de associações civis, não-lucrativas e/ou fundações privadas, apresentar declaração da obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades (modelo anexo III);
- X. Cópia atualizada do Alvará da Vigilância Sanitária;
- XI. Certidão de Antecedentes Criminais da Justiça Federal e Estadual do presidente



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



da entidade;

XII. Cópia do Registro e Qualificação no CMDCA do município de origem, caso a Entidade não tenha sede em Balneário Camboriú;

XIII. Declaração de Cumprimento de Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (modelo anexo IV);

XIV. Certidão Negativa de Débitos – FGTS atualizada.

§1º. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original ou em cópia sem autenticação.

§2º. As Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no município por força do Art. 90 da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ficam obrigadas a se registrar no CMDCA.

§3º. As Organizações Não Governamentais com sede em outros municípios poderão solicitar seu Registro e Qualificação, desde que seus serviços e/ou programas sejam executados no município de Balneário Camboriú e apresentem o Certificado de Registro e Qualificação no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de origem.

§4º. O Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais terá validade por até 02 (dois) anos a partir da data de expedição do Certificado de Registro e Qualificação.

§5º. O CMDCA, quando julgar necessário e conveniente, poderá solicitar parecer técnico do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como dos órgãos de Administração Direta e Indireta em nível Municipal, ou de consultoria contratada pelo CMDCA.

Art. 9º. As Organizações não Governamentais que tiverem o seu pedido deferido e de posse de seu Certificado de Registro e Qualificação estarão automaticamente integradas à Rede de Atendimento da Criança e ao Adolescente do município.

Parágrafo único. Entende-se por Rede de Atendimento o conjunto de Organizações Governamentais e Não Governamentais que desenvolvem projetos com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no município.

Seção II

Da Inscrição de Projetos das Organizações Governamentais e Não Governamentais

Art. 10. O pedido da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organização Governamental e Não Governamental deverá ser protocolado na sede do CMDCA que dará andamento ao processo de acordo com as normas dessa Resolução.

Art. 11. A Organização Não Governamental poderá solicitar os formulários de Inscrição de Projetos, via e-mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com, no site do CMDCA www.cmdca.com.br, na Casa dos Conselhos/CMDCA ou baixar a Resolução e seus formulários anexos de Inscrição de Projetos, pelo site www.balneariocamboriu.sc.gov.br, conselhos de direitos.

Art. 12. A entrega dos documentos de pedidos de Inscrição de Projetos de Organizações Governamentais e Não Governamentais deve ser encaminhada via e-



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



mail cmdcabalneariocamboriu@gmail.com ou por pendrive protocolado na Casa dos Conselhos (Rua 1822, nº1510, esquina com a Avenida Marginal Leste).

Art. 13. O pedido de Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação.

§1º. Após o pedido de Inscrição do Projeto que contemple serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais, este deverá ser analisado pela Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, para que seja emitido parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§2º. Após o Parecer da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, este deverá ser encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária, realizada pelo CMDCA.

§3º. As Organizações Não Governamentais que desenvolvem projetos com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no Município somente poderão receber verbas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA, depois de obter o seu Registro e Qualificação e a Inscrição do Projeto/Programa no CMDCA.

§4º. O CMDCA não concede inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas no ensino regular nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 14. Para a solicitação de inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes as Organizações Governamentais e Não Governamentais deverão apresentar a seguinte documentação:

- I. Requerimento solicitando a inscrição do projeto que contemple serviço e/ou programa, assinado pelo Presidente da Entidade (modelo anexo V);
- II. Projeto com serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes (modelo anexo II);

§1º. As Organizações Governamentais e Não Governamentais por força do Art. 91, § único, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, deverão proceder a inscrição de seus projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no CMDCA.

§2º. O Registro e Qualificação no CMDCA das Organizações Não Governamentais é pré-requisito para a inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes no Município.

§3º. Os projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais terão validade por até 02 (dois) anos a partir da data de expedição do Certificado de Inscrição.

§4º. O CMDCA quando julgar necessário e conveniente, poderá solicitar parecer técnico do Conselho Tutelar, do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como dos órgãos de Administração Direta e Indireta em nível Municipal.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



§5º. A Rede de Atendimento disponibilizará vagas para crianças e adolescentes que forem encaminhados pelo Conselho Municipal de Direitos, Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário conforme a capacidade de atendimento das Organizações Governamentais e Não Governamentais.

Seção III

Da Manutenção do Registro e Qualificação e da Inscrição de Projeto no CMDCA

Art. 15. Cabe ao CMDCA manter atualizado banco de dados, acerca do cadastro das Organizações Não Governamentais, bem como dos projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais no Município.

Art. 16. Para a manutenção do Registro e Qualificação das Organizações Não Governamentais e da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais no CMDCA, a entidade deverá cumprir as seguintes formalidades:

- I. Apresentar ao CMDCA toda e qualquer alteração em seus estatutos, regimentos internos, mudança da diretoria e da equipe técnica, bem como em seus projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescente desenvolvidos pela entidade;
- II. Apresentar informações e/ou documentos, quando solicitados pelo CMDCA;
- III. Cumprir rigorosamente os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069, de 13



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



- de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- IV. Possibilitar a comunicação, em tempo hábil, aos órgãos da rede de proteção para adoção de providências necessárias a solução de ocorrências urgentes;
- V. Cumprir com presteza as orientações ou recomendações emanadas do Ministério Público, Conselho Tutelar e o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú;
- VI. Promover a capacitação de seus recursos humanos, bem como participar de formação continuada quando oferecida pelo Poder Público;
- VII. Seguir as normas desta Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú;
- VIII. Encaminhar mensalmente, para o CMDCA, o Relatório de Atividades quando se tratar de entidades que são beneficiadas com recursos do FMDCA (modelo anexo VII);
- IX. Encaminhar semestralmente, para o CMDCA, o Relatório de Atividades quando se tratar de entidades que não são beneficiadas com recursos do FMDCA (modelo anexo VII);
- X. As entidades que são beneficiadas com recursos do FMDCA devem mencionar o referido Fundo em todas suas publicações e manifestações públicas (*folders*, cartilha, entrevistas etc.);
- XI. A partir da data de emissão do Registro e Qualificação no CMDCA, sempre que for oferecido pelo Poder Público, a entidade deverá participar de cursos de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, caso não haja em seu quadro pessoal um profissional habilitado em Libras;
- XII. As entidades deverão afixar o Certificado de Registro e Qualificação em local visível na sede da entidade.

Seção IV

Da Renovação do Registro e Qualificação e da Inscrição de Projeto no CMDCA

Art. 17. O pedido de renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental, bem como da renovação de Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais deverá ser protocolado na sede do CMDCA, que dará andamento ao processo de acordo com as normas dessa Resolução.

Art. 18. As Organizações Governamentais e Não Governamentais, deverão solicitar a renovação do seu Registro e Qualificação e/ou Inscrição do Projeto, com 60 (sessenta) dias antes do término da validade do Certificado de Registro e Qualificação ou Certificado de Inscrição do Projeto, junto ao CMDCA para que possam funcionar regularmente no Município.

Art. 19. O pedido de renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental e da Inscrição dos Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias para tramitação até apreciação e deliberação da plenária, contados da data do protocolo da entrega da documentação.

§1º Após o pedido da renovação de Registro e Qualificação de Organização Não Governamental e da Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes de Organizações Governamentais e Não Governamentais, o CMDCA poderá realizar uma visita *in loco* para que seja emitido



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



parecer no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§2º. Após o parecer da Comissão de Registro, Inscrição e Reavaliação e da Comissão de Política de Atendimento dos Direitos – Projetos, o pedido de renovação será encaminhado para ser apreciado e deliberado em plenária, em reunião ordinária, realizada pelo CMDCA.

Art. 20. Para a renovação do Registro e Qualificação de Organização Não Governamental, a entidade deverá apresentar a documentação prevista no Art. 8º, desta Resolução.

§ 1º. Os documentos impressos deverão ser entregues em envelope lacrado na Casa dos Conselhos (Rua 1822, nº1510, esquina com a Avenida Marginal Leste) com a identificação: “Documentos para Renovação de Registro e Qualificação da Entidade (nome) no CMDCA”.

§ 2º. O Estatuto da Entidade deverá ser encaminhado apenas se houver alteração.

Art. 21. Para a renovação de Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes das Organizações Governamentais e Não Governamentais, a entidade deverá apresentar a documentação prevista no Art. 14, desta Resolução.

CAPÍTULO III

DO INDEFERIMENTO, SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DAS ENTIDADES

Seção I

Do Indeferimento do Registro e Qualificação das Entidades ou Inscrição dos Projetos

Art. 22. O indeferimento é o ato administrativo no qual o pedido de Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental foi rejeitado pelo CMDCA, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente.

Art. 23. Será indeferido pelo CMDCA o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organizações Governamentais e Não Governamentais que:

- I. Não ofereça instalações físicas em condições adequadas de higiene, salubridade, acessibilidade e segurança para a oferta de serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes;
- II. Não apresente projeto compatível com a Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
- III. Esteja irregularmente constituída a Entidade;
- IV. Apresente em seu quadro funcional pessoas inidôneas;
- V. Não cumprir os requisitos estabelecidos nessa Resolução.

Art. 24. Quando o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for indeferido, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contemple o serviço e/ou programa governamental, bem como, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária.

Seção II

Da Suspensão do Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição dos Projetos

Art. 25. A suspensão é o ato administrativo que interrompe temporariamente o Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição de Projetos da Organização Governamental e Não Governamental de suas funções pelo CMDCA, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente.

Art. 26. O Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos será suspenso pelo CMDCA, pelo prazo de 01 (um) a 06 (seis) meses, quando a Organização Governamental ou Não Governamental:

- I. Apresentar irregularidades técnicas e/ou administrativas incompatíveis com os princípios estabelecidos pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e da presente Resolução;
- II. Interromper suas atividades por período superior a 01 (um) mês, sem motivo justificado;
- III. Deixar de cumprir o projeto que contemple o serviço e/ou programa de atendimento a crianças e adolescentes prestados ao Município.

§1º. Em se tratando de irregularidades com a inscrição de projetos que contemplem serviços e/ou programas, será concedido prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, para que a Entidade proceda à regularização do atendimento a crianças e adolescentes no Município.

§2º. Em se tratando de irregularidades com as Organizações Não Governamentais, será concedido prazo de 01 (um) a 03 (três) meses, para que a Entidade proceda à



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



regularização do atendimento a crianças e adolescentes no Município.

§3º. A suspensão do Registro e Qualificação cessará quando a irregularidade que a motivou for considerada sanada, conforme parecer do CMDCA.

Art. 27. A Organização Governamental e Não Governamental ao deixar de funcionar ou não executar o serviço e/ou programa de atendimento inscrito no CMDCA terá o seu registro e qualificação suspenso, até que seja cumprida a exigência legal.

Art. 28. Quando o Registro e Qualificação e/ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for suspenso, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contempla o serviço e/ou programa governamental, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária.

Seção III

Do Cancelamento do Registro e Qualificação da Entidade ou Inscrição dos Projetos

Art. 29. O cancelamento é o ato administrativo que declara sem efeito o Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos da Organização Governamental e Não Governamental, por entender que a entidade está descumprindo os requisitos impostos pela legislação vigente.

Art. 30. O Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos será cancelado quando a Organização Governamental e Não Governamental:



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



- I. Deixar de atender à exigência que motivou a suspensão;
- II. Apresentar irregularidade que extrapole a penalidade de suspensão.

Art. 31. Quando o Registro e Qualificação ou Inscrição de Projetos de Organização Governamental e Não Governamental for cancelado, o CMDCA fará a imediata comunicação ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e a Secretaria Municipal a qual pertence o projeto que contempla o serviço e/ou programa governamental, por meio de ato deliberativo, a decisão da plenária.

Parágrafo Único. A continuidade do atendimento as crianças e adolescentes, no município, deverá ser garantida por meio de ação conjunta do CMDCA, do Poder Executivo Municipal, do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Seção IV

Do Procedimento Administrativo Disciplinar das Entidades

Art. 32. O Registro e Qualificação poderá ser indeferido, suspenso ou cancelado pelo CMDCA, em caso de descumprimento ou infração de qualquer disposição dessa Resolução, bem como em caso de descumprimento dos Artigos 91, 92, 93 e 94, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, e das alterações estabelecidas pela Lei Federal nº 12.010, de 29 de julho de 2009, garantido o direito ao devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório conforme estabelece o Art. 5º, inciso IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.



Art. 33. Quando houver a decisão de indeferir, suspender ou cancelar o Registro e Qualificação de Organizações Não Governamentais ou Inscrição de Projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes Governamentais e Não Governamentais, a entidade que se sentir prejudicada, poderá recorrer da decisão junto ao CMDCA.

Art. 34. Mediante a notificação do CMDCA a Organização Governamental e Não Governamental terá o prazo recursal de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência do parecer do CMDCA, para encaminhar o requerimento, com os devidos esclarecimentos e informações, que julgar necessário para a sua defesa junto ao CMDCA.

Art. 35. O CMDCA terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para a análise e apresentação do parecer que será discutido e deliberado em sessão ordinária da plenária.

Art. 36. Os casos omissos deverão ser apresentados e discutidos em sessão ordinária e/ou extraordinária na plenária do CMDCA.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES

Art. 37. As Organizações Governamentais e Não Governamentais prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



Art. 38. No caso do desrespeito parcial ou do não cumprimento integral das diretrizes e determinações da legislação em vigor, as Organizações Governamentais e Não Governamentais, estarão sujeitas:

I. Às medidas previstas no inciso I e no §1º do Art. 97, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA para Organizações Governamentais;

II. Às medidas previstas no inciso II e no § 1º do Art. 97, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, para Organizações Não Governamentais.

§ 1º. Àqueles que, mesmo não sendo agentes públicos, induzam ou concorram, sob qualquer forma, direta ou indireta, para o não cumprimento dessa legislação, aplica-se, no que couber, as penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.429, de 02 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa.

§ 2º. A aplicação das medidas previstas neste artigo dar-se-á a partir da análise dos relatórios circunstanciados elaborado após as avaliações, sem prejuízo do que determinam os Arts. 191 a 197, 225 a 227, 230 a 236, 243 e 245 a 247, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. A concessão do Registro e Qualificação para funcionamento das entidades Não Governamentais de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a Inscrição dos Programas ou Projetos das entidades Governamentais e Não Governamentais somente será concedida com a rigorosa observância dos projetos



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



que contemplem serviços e/ou programas e regimes estabelecidos nesta Resolução.

Art. 40. O Conselho Tutelar deve promover a fiscalização dos projetos que contemplem serviços e/ou programas de atendimento a crianças e adolescentes desenvolvidos pelas organizações Governamentais e Não Governamentais, nos termos do Art. 3º, da Resolução Nº 74, de 13 de setembro de 2001, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.

Art. 41. Fica revogada a Resolução nº001, de 26 de Setembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú.

Art. 42. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DOUGLAS SCHWOLK FONTAN AYRES DE AGUIRRE
Presidente do Conselho Municipal dos
Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Anexos:

Anexo I. Requerimento de Registro e Qualificação da OSC

Anexo II. Modelo de Projeto

Anexo III. Declaração de Obrigatoriedade dos Investimentos

Anexo IV. Declaração de Cumprimento da Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990

Anexo V. Requerimento de Inscrição de Projeto

Anexo VI. Modelo de Relatório de Atividades



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



ANEXO I

REQUERIMENTO DE REGISTRO E QUALIFICAÇÃO DA OSC

Senhor(a) Presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, situado à Rua 1.822, nº1510 – anexo a Casa dos Conselhos. CEP 88.330.484 – Balneário Camboriú/SC.

A(o) (nome completo da entidade), sito a (endereço completo) por meio de seu representante legal Sr.(a). (nome completo do representante), vem REQUERER a Vossa Senhoria, o **REGISTRO E QUALIFICAÇÃO DA ENTIDADE**, no **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Balneário Camboriú – CMDCA**, em atendimento a Resolução nº026/19/CMDCA e em conformidade com os Artigos 90 e 91 da Lei Federal nº8.069/90 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Declaro estar ciente das normas e exigências fixadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação ao pedido acima formulado.

Balneário Camboriú, ____/____/____.

Assinatura do representante legal



PREFEITURA
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



ANEXO II

MODELO DE PROJETO

I – Identificação da Entidade Executora

() Governamental

() Não governamental

Nome (razão social):
Nome (fantasia):
Endereço da sede (rua, nº.)
Bairro:
CEP:
Telefone:
E-mail:
Data da Fundação:
Início das atividades:
Número do CNPJ:
Horário de funcionamento:
Nº e validade do registro no CMDCA:

II – Identificação do projeto/programa:

Nome do projeto/programa:
Responsável pelo programa:
Email:
Telefone:
Início do projeto:
Término do projeto:
Situação do projeto: () novo () continuidade
Endereço do local de execução do projeto: _____
Imóvel: () Próprio () Alugado

III – Histórico

Descrever brevemente o histórico da constituição da entidade e do programa a ser inscrito (como surgiu, quando, onde e porque).

IV – Justificativa (Responder por que fazer este projeto)

Contextualizar qual a importância do projeto para a comunidade e porque ele se faz necessário, descrever os problemas motivadores do projeto e suas causas, bem como, demonstração da validade, pertinência e relevância da proposta de intervenção na realidade.

V – Objetivos

Objetivo geral:

Descrever com clareza o que a instituição pretende alcançar com o projeto.

Objetivos específicos:

Especificar as estratégias para alcançar o objetivo geral.

VI – Público atendido pelo programa

Descrever o público atendido, indicando:

1. Faixa etária do público atendido:

Faixa	Nº atendidos	Faixa	Nº atendidos	Faixa	Nº atendidos
0 a 1		6 a 7		12 a 13	
1 a 2		7 a 8		13 a 14	
2 a 3		8 a 9		14 a 15	
3 a 4		9 a 10		15 a 16	
4 a 5		10 a 11		16 a 17	
5 a 6		11 a 12		17 a 18	
				Acima de 18	

2. Público atendido por sexo (quantidade)

Feminino:

Masculino:

3. Crianças e adolescentes com deficiência:

() Não

() Sim:

Tipo de deficiência	Quantidade de criança/ adolescente

4. Quantidade de famílias atendidas:

5. Descrever o perfil do público atendido e de suas famílias:

6. Critérios de admissão: (descrever os critérios de admissão do público)

VII – Recursos materiais e aspectos físicos

Recursos Materiais

Detalhar recursos didáticos, materiais e equipamentos necessários e indispensáveis ao desenvolvimento do projeto

Máquina/equipamento/ material didático/ material de consumo	Quantidade

Aspectos físicos

Descrever o espaço físico utilizado pelo programa:

Nº de cômodos/ salas e sua utilização;

Áreas externas;

Mobiliário.

VIII – Recursos financeiros

IX – Recursos humanos

- Preencher o quadro abaixo relacionado o número de pessoas responsáveis pelo projeto e diretamente pelo atendimento prestado as crianças e aos adolescentes – total de funcionários (equipe técnica, equipe de apoio, estudantes, supervisor, monitor etc.) e voluntários, especificando a função, a formação, a carga horária, horários e dias que trabalha na entidade e o vínculo trabalhista.
- Descrever os cursos de formação e capacitação oferecidos aos funcionários e voluntários da entidade e a frequência em que são realizados.
- Relacionar, quando necessário, a equipe que será preciso contratar para o indispensável desenvolvimento do projeto, informando a função, carga horária e vínculo empregatício.

Quadro funcional				
Nome	Função	Formação	Carga horária	Horários e dias que trabalha no programa

X – Procedimento metodológico

Informações quantitativas:

Número total de atendidos:

Capacidade total de atendimento:

Atendimentos realizados mensalmente:

Lista de espera:

Sistema de atendimento:

- ☐ diário
- ☐ semanal
- ☐ mensal
- ☐ integral
- ☐ parcial
- ☐ abrigo
- ☐ abrigo provisório
- ☐ contra-turno
- ☐ Outro:

Área de proteção trabalhada no projeto:

- ☐ combate a exploração e ao abuso sexual
- ☐ combate ao trabalho infantil
- ☐ combate a violência contra a criança e ao adolescente
- ☐ convivência familiar e comunitária
- ☐ programa de contra-turno escolar, projetos esportivos, culturais, inclusão digital
- ☐ cursos profissionalizantes
- ☐ sistema nacional de medidas sócio-educativas



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



- () inclusão escolar de alunos portadores de necessidades especiais
- () abrigo
- () outros, quais?

Caracterização geral do atendimento:

Descrição e desenvolvimento das ações citando as atividades realizadas com crianças e adolescentes (oficinas, atividades recreativas, artísticas, pedagógicas, práticas esportivas, alimentação, cursos profissionalizantes, palestras etc.) de acordo com o programa oferecido.

Descrever como os conteúdos serão trabalhados, quais atividades serão realizadas; incluir tabela com: dias da semana, horários e atividades previstas. Explicar sucintamente como o projeto será desenvolvido.

Ações com as famílias:

Descrever as ações realizadas com as famílias das crianças e adolescentes (frequência e atividades).

Monitoramento e avaliação das ações:

Descrever como é realizado o acompanhamento contínuo do desenvolvimento das atividades (com as crianças, os adolescentes e as famílias), e apresentar a tipologia e a periodicidade da avaliação adotada pela entidade, para identificar os avanços e as dificuldades visando um possível aprimoramento.

XI – Espaços de discussão do programa e da política para crianças e adolescentes que a entidade participa

Citar os Fóruns e demais espaços de formação ou controle social que a entidade participa para a discussão do programa e/ou das políticas voltadas para a faixa etária atendida



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



XII – Considerações finais

Outras informações necessárias à compreensão do projeto e que não foram explicitadas nos itens anteriores.

Balneário Camboriú, _____ de _____ de _____

Assinatura do Representante da OSC



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OBRIGATORIEDADE DOS INVESTIMENTOS

Eu, _____, representante legal
da entidade _____
declaro para os devidos fins que todos e quaisquer recursos deverão ser revertidos
para a própria entidade, segundo seus objetivos estatutários.
Por ser verdade, firmo a presente.

Balneário Camboriú, ____/____/____.

Representante legal



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990

Eu, _____, representante legal
da entidade _____
declaro para os devidos fins que cumprimos todo o conteúdo da Lei Federal nº 8.069,
de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.
Por ser verdade, firmo a presente,

Balneário Camboriú, ____/____/____.

Representante legal



P R E F E I T U R A
**BALNEÁRIO
CAMBORIÚ**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE – CMDCA
FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE – FMDCA



ANEXO V

REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO DE PROJETO

Senhor(a) Presidente do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente**, situado à Rua 1.822, nº1510 – anexo a Casa dos Conselhos. CEP 88.330.484 – Balneário Camboriú/SC.

O, _____ com sede na Rua XXX, nºXXX, bairro XXX, por meio de seu representante legal XXXXXXXXXXXX, portador do CPF nº. XXXXXXXX, vem REQUERER a este Conselho, a **INSCRIÇÃO DO PROJETO XXXX**, com base na Lei Municipal nº1.033/91 e Lei nº8.069/91 e atendendo a Resolução nº026/19/CMDCA.

Declaro estar ciente das normas e exigências fixadas por este Conselho, em relação ao pedido acima formulado

Balneário Camboriú, ____/____/____.

Assinatura

NOME DA ENTIDADE

ANEXO VI

Logomarca e Cabeçalho da entidade

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

ENTIDADE:

PERÍODO: de XX/XX/XXXX a XX/XX/XXXX

1. RESUMO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA INSTITUIÇÃO, DURANTE O PERÍODO, NO ÂMBITO DO PROJETO:

2. OBJETIVO GERAL DO PROJETO E OBJETO DO CONVÊNIO:

OBJETIVO GERAL DO PROJETO	OBJETO DO CONVÊNIO
(Inserir o objetivo geral do projeto, conforme consta no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA)	(Inserir o objeto do convênio, conforme consta no Convênio firmado junto a Prefeitura)

3. METAS/OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Meta/Objetivo específico 01: inserir o primeiro objetivo específico/meta, conforme consta no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA

Etapa/Atividade prevista	Nº de atendimentos previstos	Nº de atendimentos realizados	Dados qualitativos alcançados	Dificuldades encontradas

Meta/Objetivo específico 02: inserir o segundo objetivo específico/meta, conforme conta no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA

Etapa/Atividade prevista	Nº de atendimentos previstos	Nº de atendimentos realizados	Dados qualitativos alcançados	Dificuldades encontradas

Meta/Objetivo específico 03: inserir o terceiro objetivo específico/meta, conforme conta no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA

Etapa/Atividade prevista	Nº de atendimentos previstos	Nº de atendimentos realizados	Dados qualitativos alcançados	Dificuldades encontradas

Observação: Se no Plano de Trabalho contar mais objetivos específicos/meta, deverá copiar tantas tabelas quanto forem necessárias.

4. PÚBLICO ATENDIDO:

		Crianças	Adolescente	Jovens	Adultos	Famílias	TOTAL
Número de atendidos pelo projeto	Previsto						
<i>(nº de matriculados em cursos, oficinas, em outros atendimentos e outras atividades regulares/fixas desenvolvidas pelo projeto)</i>	Realizado						
Número de atendidos indiretos							
<i>(Outras pessoas atendidas pela instituição, que não necessariamente sejam atendidas)</i>	Realizado						



<i>pelo projeto, por exemplo: famílias, professores, pessoas da comunidade ou outros beneficiados indiretamente pelas atividades permanentes/fixas desenvolvidas pela instituição)</i>							
Número total de atendidos. (Soma das colunas 1 e 2) <i>(Total de atendidos pelo projeto e pela instituição)</i>	Previsto						
	Realizado						
Número total de atendimentos <i>(Soma dos números de atendimentos realizados a cada pessoa atendida pelo projeto)</i>	Previsto						
	Realizado						

5. OUTRAS OBSERVAÇÕES E COMENTÁRIOS:

6. CÓPIA DO BALANCETE FINANCEIRO:

Observação: Anexar ao relatório planilha de prestação de contas financeira detalhada.

Balneário Camboriú, ____ de _____ de XXXX.

Assinatura do responsável pela elaboração do relatório.